

Assimbleia

já direta na Constituinte

choque com a liderança da Nova República

PMDB não aceita incluir

Líderes da oposição tiveram ontem o primeiro

ANC 88
Pasta 03-05/85
064/1985

O PMDB, como partido do Governo, teve ontem seu primeiro choque com a oposição, representada pelo PDS, PDT e PT, ao rechaçar a tese de inclusão imediata na Constituição do princípio da eleição direta para presidente da República, ainda que não alterasse o mandato de seis anos do atual presidente José Sarney.

A denúncia foi feita ontem pelos líderes Prisco Viana (PDS), Nadir Rossetti (PDT) e Eduardo Suplicy (PT) depois de um almoço de trabalho com os líderes do PMDB. (O PTB não compareceu), Pimenta da Veiga e da Frente Liberal, José Lourenço, no restaurante Bom Apetit.

Segundo os líderes oposicionistas, o líder peemedebista, que acabava de sair de uma reunião dos líderes da Aliança Democrática com o presidente José Sarney, no Palácio do Planalto, rejeitou a tese das diretas, por considerá-la "inoporuna".

O líder do PDS, Prisco Viana, afirmou que o PMDB transformou-se de repente num ardoroso defensor do Colégio Eleitoral, sob o argumento de que, sem a fixação do sistema de eleição direta para Presidente na Constituição, as indiretas ficarão ad perpetuum.

Para o líder do PDT, Nadir Rossetti, a recusa do PMDB constitui uma negação do primeiro compromisso da Aliança Democrática, que é de restabelecer de imediato o dispositivo constitucional, pelo qual o Presidente da República deve ser escolhido pelo povo.

Já o líder petista Eduardo Suplicy indagou "se estava vivendo o mesmo sob a Nova República ou se continua tudo como antes, uma vez que o principal partido do Governo se volta contra o povo, ao não lhe permitir o direito de eleger seu Presidente".

POSIÇÃO DUBIA

A posição do líder José Lourenço, da Frente Liberal, que permaneceu em silêncio, enquanto o líder do PMDB Pimenta da Veiga contrargumentava com os líderes oposicionistas, foi considerada deliberadamente dubia.

Para o líder pedetista Nadir Rossetti, José Lourenço ficou calado porque concorda com a sua tese, enquanto o líder petista Eduardo Suplicy acha que o silêncio colaborou para reforçar a posição do PMDB e do Governo contra a eleição direta para Presidente.

A reação indefinida do líder liberal é por fim atribuída pelo líder do PDS Prisco Viana ao fato de, tendo o PFL um candidato em potencial e com grande popularidade à Presidência da República, como é o caso do ministro Aureliano Chaves, não querer arriscar se colocar contra as diretas.

SO O PRINCÍPIO

A irritação maior dos líderes oposicionistas, a posição do PMDB se deve ao fato de o partido que comandou a campanha pelas "diretas-já", em 1984, rejeitar apenas uma questão de princípio, uma vez que a emenda que propunham não abordava o atual mandato presidencial, mas apenas definia que na próxima eleição do Presidente cuja data não específica, será feita pelo voto universal e direto.

Entre os peemedebistas, porém, havia uma explicação: é de que se permitisse a inclusão desse dispositivo na Constituição, estaria sujeito a uma armadilha do tipo da que o PMDB quis embutir na Emenda Figueiredo em junho de 1984, de forma a provocar as diretas-já ou então para 1986.

Prisco lamenta as contradições

O líder do PDS Prisco Viana (BA), lamenta as oscilações da Aliança Democrática e as condições existentes. Durante a campanha eleitoral, os candidatos da Aliança juraram que teriam como providência imediata a restauração das diretas presidenciais, mas agora estão falando talvez com medo de na votação de proposta neste sentido fosse debatido o mandato atual Presidente.

Prisco informou que estavam de acordo com a prorrogação do mandato da Comissão Interpartidária para que reunisse emenda e sentido. "Se fosse apenas a fazer a emenda das diretas, capitais não precisaria instalada com tanta solenidade. Estávamos todos a favor", comentou Prisco Viana. "Tom irônico", o líder do PDS observou que tem muito o apoio da resistência do PMDB oposta de fixação do mandato Presidente da República na Constituição, princípio das eleições diretas. Temé que, no fim, acabem mudando e fazendo tudo o que estavam prometendo.

FIRMAÇÃO

Em carta remetida ao líder do PMDB no final da noite, o

líder Prisco Viana reafirmou os seguintes princípios: 1) restabelecer logo o princípio das diretas para Presidente e Vice; 2) a fixação do mandato do Presidente ficará para depois; 3) somente poderão participar das eleições previstas para este ano os partidos que até 90 dias após a promulgação da emenda constitucional tenham requerido o registro provisório.

"Não devemos, a despeito do interesse em liberalizar a criação de novos partidos, eliminar etapas importantes na constituição dos Partidos, que é sua organização nas bases municipais. O que pretendemos é que, somente depois de constituir comissões provisórias em pelo menos um quinto de nove Estados — e cada comissão provisória pode constituir-se com o mínimo de três eleitores — possa o partido participar das eleições municipais.

Devemos nos empenhar no sentido de ampliar o pluripartidarismo, dando expressão política e partidária a todas as correntes do pensamento nacional. Mas devemos, também, ter o cuidado de não favorecer a um pluripartidarismo caótico e anárquico que, assim sendo, será inadministrável".

Sarney não confirma convite a Brossard

O líder Fernando Henrique Cardoso perguntou, ontem, ao presidente José Sarney durante a reunião do Conselho Político: "Presidente, il'hoje (ontem) no jornal CORREIO BRAZILIENSE que o senhor escolheria o ex-senador Paulo Brossard para ser ministro extraordinário da Constituinte. Esta informação procede?"

O Presidente respondeu: "Pois é, Fernando, eu também li isto no jornal". Para o chefe do Gabinete Civil de Sarney, José Hugo Castelo Branco, "o assunto não está em cogitação no governo". Já Humberto Lucena, líder do PMDB no Senado, garantiu, enfático: "Isto não existe". Ele afirmou que não se cogita de ministério extraordinário.

Notícia surpreende Lyra

Em conversa telefônica com um assessor, o ministro da Justiça, Fernando Lyra, que passou o dia de ontem em exames no Instituto do Coração, em São Paulo, mostrou-se surpreso com a informação de que o Governo pretende nomear o ex-senador Paulo Brossard para um ministério extraordinário, com a função de coordenar os trabalhos da comissão da Constituinte.

A nomeação de Brossard para servir de elemento de ligação entre a comissão e o Executivo avança justamente no trabalho de coordenação política prevista por Tancredo Neves para o Ministério da Justiça. Apesar de atingido pela medida, Lyra não se preocupou em desmentir a notícia, ao contrário, afirmou que não sabia de nada sobre a criação de um ministério extraordinário.

O assunto repercutiu intensamente no Ministério da Justiça, mas não alterou a perspectiva na qual Lyra já vem trabalhando desde algum tempo. O mesmo assessor que conversou com o ministro pelo telefone, mesmo observando que não se alongara com ele na conversa a respeito, mantida pela manhã, considerou que a nomeação de Brossard para coordenador "pode efetivamente acontecer".

O Ministro está conscientizado de que "Tancredo morreu e as coisas vão mudar", ficando a definição das funções dos ministros agora a critério do presidente

Sarney. Com isso, Lyra, que era um "homem de Tancredo", deve, naturalmente, ocupar um outro espaço no Governo, com tendência a não assumir a função de coordenação política.

O assessor concordou que a transferência das reuniões do Conselho Político para o Palácio do Planalto é parte dessa perda da coordenação política. Não entanto, não atribuiu a isso maior peso político ou encarou o fato como uma hostilidade de Sarney a Lyra. Observou que, paralelamente ao esvaziamento da coordenação política prevista para Lyra, "também nenhum outro ministro ou político assumiu a função de coordenação", tudo indicando que Sarney reservou esse papel para si mesmo.

Conforme o assessor, a coordenação política com Sarney "é o que melhor podia acontecer" pois hoje, sem Tancredo, "é ótimo que o Presidente assumiu para valer". O assessor, porém, considerou a criação de um ministério para a Constituinte como um "esvaziamento histórico" da própria Constituinte.

Para ele, a coordenação, sendo exercida por Lyra, um ministro essencialmente político, estaria sempre ligada à realidade política imediata. "Um ministério só para isso vai acabar se transformando num órgão de estudos para o futuro, sem nada haver com o presente". Quanto ao esvaziamento e o desgaste de Lyra, o assessor observou "um certo exagero nisto".